

PROTAGONISMO ASCENDENTE: O ATIVISMO ONLINE NAS LUTAS FEMINISTAS¹

Carlise Clerici Dieminger²

Rafael Santos de Oliveira³

Fecha de publicación: 01/01/2015

SUMÁRIO: Introdução. **I)** Feminismo: a luta pela reconstrução de identidade. **II)** Empoderamento no Brasil: breve histórico do movimento feminista nacional. **III)** Tecnologia informacional: conexão atuante através do ciberativismo. **IV)** Ativismos feministas no Facebook. Conclusão. Referências bibliográficas.

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo analisar as militâncias feministas online, por meio do exame de *fan pages* da rede social Facebook, com o intuito de explorar os novos meios empregados pela sociedade para adquirir ou efetivar seus direitos de maneira interativa, frente à importância do estudo da sociedade contemporânea que começa a delinear-se como mais participativa. Para isso, utilizou-se o método dedutivo, em conjunto com as técnicas de pesquisa bibliográfica, como também de análise sistemática e não participativa da rede social Facebook e de sites informativos, partindo-se do estudo do ativismo digital. Logo após, examinou-se o protagonismo ascendente alcançado pelos militantes através desse fenômeno social de militantes autônomos. De maneira interlocutória,

¹ Resultados parciais do Projeto de Pesquisa “Ativismo digital e as novas mídias: desafios e oportunidades da cidadania global”, vinculado ao Núcleo de Direito Informacional (NUDI) e desenvolvido no Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Acadêmica do curso de Direito da UFSM. Pesquisadora no Núcleo de Direito Informacional. Bolsista PIBIC. carlise_px@hotmail.com.

³ Professor Orientador. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto I no Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). advrso@gmail.com.

demonstrou-se necessário abordar questões introdutórias do movimento feminista, como suas bandeiras principais e o seu histórico nacional, observações que estão presentes nos dois primeiros tópicos do artigo. Verificaram-se efeitos positivos na esfera não virtual, como a inserção das pautas do grupo no contexto social em que sofre as violações em debate, de maneira que os avanços tecnológicos denotam avanços também à democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismo online; Feminismo; Democracia; Facebook.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo analizar la militancia feminista en línea, a través del examen de páginas de fans de la red social Facebook, con el fin de explorar nuevos medios utilizados por los ciudadanos para adquirir o llevar a cabo sus derechos de una manera interactiva, frente a la importancia del estudio del desarrollo de una cultura participativa. Para eso, se utilizó el método deductivo, junto con las técnicas bibliográficas, así como el análisis sistemático y no participativo de la red social Facebook y sitios de información, comenzando con el estudio del activismo digital. Después, se analizó el protagonismo ascendente logrado por los militantes a través de ese fenómeno social de militantes autónomos. De manera intercalada, fuera necesario abordar cuestiones introductorias del movimiento feminista, como sus principales reivindicaciones y su histórico nacional que están presentes en las primeras unidades del artículo. Con esta pesquisa, hay indicios de efectos positivos en la esfera off-line, como por ejemplo la inserción de las directrices del grupo en el contexto social en el que sufre las violaciones de que se trata. Así, los avances tecnológicos también denotan avances para la democracia.

PALABRAS-CLAVE: Activismo en línea; Feminismo; Democracia; Facebook.

INTRODUÇÃO

Antecedente à inconformidade social deflagrada e tão destacada no Brasil, no ano de 2013, há inúmeros protestos sociais sobre as mais diversas desigualdades que culminaram no estágio de democracia atual e que são os grandes propulsores dos próximos avanços. Nesse sentido, a longa luta das mulheres contra a desigualdade de gênero é uma das mais dignas de estudo por buscar sucumbir nada menos que a dominação imposta pelo patriarcalismo, a motriz de todo o sistema em que se insere a humanidade.

O feminismo é um movimento com histórico antigo, mas só nas últimas décadas o poder de reivindicação é em escala global. Atribui-se à ascensão desse poder, principalmente, a maior remuneração salarial da mulher, a qual inicializou uma ruptura na dominação imposta por meio da dependência econômica; a quádrupla jornada da mulher, que colaborou para despertar nesta a sensação de estar sendo abusada ao ser responsabilizada pela educação dos filhos, afazeres domésticos, trabalho remunerado e ainda servir aos prazeres sexuais do marido; os avanços na medicina, que possibilitaram às mulheres um controle maior sobre a reprodução e seu corpo; e, por fim, a tecnologia informacional, a qual facilitou a interconexão dessas mulheres e, por conseguinte, a conscientização maior destas acerca das violações que sofrem.

Através desse último item, a luta feminista usufrui de um aparato da sociedade em rede propiciador de uma propagação mais facilitada e abrangente de suas causas: o ciberativismo, ativismo digital ou online, que são ações políticas via internet em que os ativistas online, atuando de forma independente, organizam-se espontaneamente. Isso ocorre devido ao poder informacional, antes monopolizado pelas mídias tradicionais, esvair-se agora com a internet que distribui o poder para milhões de computadores hierarquicamente iguais.

O estudo direciona-se para esses poderes individuais, mais especificamente os dos ativismos feministas online no Facebook, que reivindicam suas ideologias em comum através da liberdade de expressão e da sua difusão em rede, avançando de uma cultura participativa para uma representativa. Assim, o presente trabalho apresenta-se de fundamental importância para compreender melhor os novos meios empregados pela sociedade para adquirir ou efetivar seus direitos de maneira interativa através do protagonismo nas transformações reclamadas.

No caso social em análise, tal protagonismo é almejado duplamente. O ativismo digital confere ao cidadão que ele seja influente nas mudanças da agenda pública, lançando-o como sujeito transformador histórico-social através de qualquer demanda por direitos. Esta em estudo requer, original e justamente, uma construção de identidade e autorreconhecimento que foram retardados pelo regime patriarcal, reivindicando, assim, direitos que lhe empoderam para reconstruir sua história. Dessa maneira, o ciberativismo evidencia atuantes mulheres convalidando seu protagonismo, ou seja, as feministas usufruem de um sistema que faz com que o indivíduo torne-se mais visível perante a sociedade e, dessa forma, esperam alcançar o protagonismo histórico que lhe foi retirado violentamente.

Quanto ao objetivo desse breve estudo, através da pesquisa de ativismos feministas presentes na rede social Facebook, pretende-se examinar *fan pages* dos principais movimentos de maior repercussão online no Brasil, que são espaços de discussão e reivindicação de direitos, e sua correspondência off-line. Destarte, essa pesquisa analisará as mobilizações Marcha Mundial das Mulheres, One Billion Rising e Marcha das Vadias, bem como sites informativos que retrataram tais movimentos. Como direção norteadora está a análise da evolução de uma cultura representativa para uma participativa facilitada pelo ciberativismo, em que o protagonismo dos usuários apresenta-se de forma ascendente. Ressalta-se que não há o intuito de encerrar as discussões sobre o tema com os resultados parciais indicados, mas sim fomentar explorações vindouras da área.

O presente trabalho foi realizado a partir do método de abordagem dedutivo, em conjunto com a técnica de pesquisa bibliográfica, de maneira que, inicialmente, estudou-se o ativismo digital e, em seguida, suas consequências na esfera político-social e as possíveis conquistas democráticas advindas disso. Para isso, empregou-se a rede social Facebook como campo de estudo online. Além disso, consideraram-se também os efeitos do ciberativismo no campo off-line visto que as interações não se restringem ao campo online. Por fim, o estudo foi realizado via análise sistemática e não participativa no Facebook.

I. FEMINISMO: A LUTA PELA RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A insurreição maciça das mulheres no final do último milênio iniciou na década de 60 nos Estados Unidos, seguido pela Europa na década seguinte. As movimentações internacionais, bem como os primórdios da organização feminista nos anos de 1970 no Brasil, reclamavam a politização do privado. Como destaca Machado, “politizar o privado é denunciar as desigualdades de poder entre homens e mulheres na esfera das relações afetivas, amorosas, conjugais, familiares e domésticas” (2011, p. 77). Assim, delatavam violências e ainda exigiam seus direitos à reprodução, à sexualidade e à igualdade salarial. Aqui no Brasil, destacaram-se por requererem direitos em benefício de toda a comunidade em que viviam, como relativas à saúde, ao custo de vida e à anistia geral e irrestrita aos presos na ditadura civil-militar.

Em um sentido amplo, o feminismo é um movimento que considera a submissão que o machismo impõe às mulheres, sem representar o contrário deste, ou seja, não busca a inferiorização dos homens, mas sim que ambos

os sexos não sejam discriminados e subjugados. Busca arregimentar todas as pessoas afetadas para que, com a troca de experiências e o diálogo em rede, reconstruam a sua identidade, deturpada pelo patriarcalismo, para transformarem, então, política e culturalmente, a sociedade. Como destaca Castells, “a autoconstrução da identidade não é a expressão de uma essência, mas uma afirmação de poder pela qual mulheres se mobilizam para mudar de como são para como querem ser. Reivindicar uma identidade é construir poder” (2010, p. 235). Desse modo, com a conscientização em rede das mulheres acerca da repressão que sofrem, almejam obter a força necessária para a libertação do sistema patriarcal. Este é seu maior e mais difícil opositor por estar enraizado no âmago de todas as estruturas da sociedade:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. (CASTELLS, 2010, p. 169)

As revoltas à estrutura patriarcal têm como força motriz as mudanças sociais das últimas décadas. A remuneração salarial ofereceu à mulher um poder de voto maior dentro da sua família porque, afinal, sua contribuição torna-se decisiva para o sustento desta. Colaborando com isso, o avanço da tecnologia informacional proporcionou às mulheres um compartilhamento amplo de conhecimento e vivências que possibilitou uma maior lucidez sobre as desigualdades que sofriam. Assim, revoltaram-se ao perceber que, mesmo com o trabalho assalariado igual a de um outro homem, recebiam menos, além das discriminações que sofriam por seu sexo, como serem evitadas na contratação por não poderem trabalhar em certo período da gestação e da amamentação, bem como por apresentarem tensão pré-menstrual. Também refutaram que os homens, eximindo-se de auxiliá-las, encarregassem-nas por completo da criação dos filhos e das atividades domésticas. Notaram que muitas vezes só eram usadas como objeto sexual, reivindicaram, então, o controle sobre o próprio corpo. Isso significa que buscavam os prazeres da sexualidade, assim como os homens já possuíam, e que não queriam mais imposições em seu modo de vestir-se, muito menos tolerar constrangimentos nas ruas, incluindo os menores assovios que não deixavam de ser uma forma de analisá-las como objetos. Dessa maneira, a

luta pela igualdade de gênero de outrora, já um tanto adormecida, desperta mais uma vez no final do último século, indignando-se com todos os fatores supracitados tomados como tradicionais e, por conseguinte, legitimados.

Por causa dessa legitimidade, o movimento visualiza como imprescindível desnaturalizar as opressões sofridas pelas mulheres, assim como foi pertinente com outras camadas servis. Parcelas da humanidade inferiorizadas sob a alegação de que isso era inerente pelo fato de serem diferentes faz com que seja fundamental “observar em toda ‘diferença’ seu processo de diferenciação, que é sempre histórico e social.” (SWAIN, 2011, p. 84).

Esse processo de diferenciação relativo às mulheres já é evidente se considerado o fato de a história destas ser escrita pelos homens. Ainda mais óbvio por apenas estes receberem educação por longos séculos. As mulheres deviam se contentar em cuidar dos filhos e servir aos prazeres sexuais dos seus maridos que, aliás, agiam como seus proprietários. Aquelas que não se submetiam ao jugo patriarcal eram retratadas como loucas, bruxas ou prostitutas. Assim, a história possui apenas heróis, sendo as poucas heroínas consideradas aquelas que se submeteram às exigências machistas ou então, por exemplo, perdiam suas vidas ao lado de seus maridos prosseguindo com a tradição de submissão à sombra dos homens.

Entretanto, essas limitações impostas às mulheres ainda assombram-nas. Um fator exemplar é a linguagem que ainda hoje toma o homem como universal e reafirma o sexismo, corroborando com a ideologia de que a mulher deve adequar-se ao regramento masculino. Assim, alguém ao cumprimentar o público, mesmo em um local repleto de mulheres e com pouquíssimos homens presentes, acaba por se direcionar a estes. Desse modo, as feministas reivindicam pela linguagem inclusiva, como a substituição de radicais de gênero –as terminações “a” e “o” – pelas letras @, x, as/os, entre outras. Acreditam ser fundamental a inclusão de ambos os sexos na comunicação para uma desconstrução cultural do sujeito protagonista sendo o homem sempre. Essa luta em particular das feministas não se faz menos necessária que as outras visto que a linguagem está intimamente ligada às demais esferas da vida pública e privada:

Os papéis diferenciados de ocupação na linguagem para os sexos feminino e masculino são reflexos de construções sociais que em todos os espaços estabelecem posições para mulheres (inferiores) e para homens (superiores), que não permitem uma relação horizontal e harmoniosa, pregando sempre a superioridade e domínio de um sobre o outro. A linguagem tal

qual nós a conhecemos hoje em dia estabelece que o universal é o masculino, e que no masculino as mulheres são encontradas. Esse pensamento retira das mulheres a condição de sujeitas, deixando-as à margem e sob o véu dos homens, isto reproduz e dá respaldo à sociedade patriarcal e sexista em que vivemos. (OLIVEIRA, R. N; DUQUE, A. P.; WEYL, L. M., 2011, p. 130-131)

Ressalta-se que as benesses alcançadas pelo feminismo libertam não apenas as mulheres, mas também os homens. Apesar do patriarcalismo conferir supremacias para estes, eles “têm sido vítimas do mito do macho, que os coloca como falsos depositários do supremo poder, força e inteligência” (TELES, 2010, p. 11).

Enfim, o feminismo é considerado uma extensão da luta pelos direitos humanos, a qual delata a subordinação milenar das mulheres, e batalha por uma reconstrução do autorreconhecimento dessas. Assim, “o feminismo tornou-se a palavra (e o estandarte) comum contra todas as causas de opressão feminina e à qual cada mulher, ou categoria feminina, vincularia seus temas e reivindicações.” (CASTELLS, 2010, p. 219).

II. EMPODERAMENTO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA NACIONAL

A dominação patriarcal já se manifestava nos primórdios da colonização do solo brasileiro. Independentemente das suas condições financeiras, a mulher era prisioneira de invisíveis amarras, possuindo direitos delimitados pela visão de que eram objetos padronizáveis e servis. Assim, à escrava era imposto o papel de concubina, reprodutora, objeto sexual de seu proprietário, faxineira, além de trabalhadora do campo como os homens escravos. No outro extremo, à mulher burguesa o papel restrito de mãe e esposa. “A essa mulher ensinavam apenas a lavar, coser e fazer renda. Instrução – leitura, escrita e contas – era coisa de homens. Consta que, em São Paulo, no século XVII, apenas duas mulheres sabiam assinar o nome.” (TELES, 2010, p. 19).

Guerreiras de quilombos, como Aqualtune, Dandara, Zeferina e Teresa de Quariterê; mulheres que se passaram por homens para usufruir de alguns direitos destes, como Maria Quitéria que se vestiu de homem para lutar contras as tropas portuguesas, recebendo de Dom Pedro I a insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro; operárias grevistas que, no início do século passado, batalharam por salários melhores e a redução da jornada de trabalho; militantes pelo voto feminino, como Deolinda Dalho, fundadora do Partido Feminino Republicano, Bertha Lutz, organizadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e Carlota Pereira de

Queirós, a primeira constituinte brasileira e quem auxiliou para que o sufrágio feminino fosse incorporado na Constituição brasileira de 1934; e combatentes do nazismo e da ditadura da Era Vargas, como Olga Benário Prestes, são algumas das muitas subversivas dos séculos passados (TELES, 2010). Entretanto, com o golpe de 1964, as organizações femininas, até então em números não muito expressivos, foram abafadas. Apenas nos anos antecessores a 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, é que a luta das mulheres revigora-se e torna-se mais notável.

Um dos destaques na luta das brasileiras é a preocupação com o social, como em relação à saúde, à creche e ao custo de vida, demandas tratadas de forma notória, principalmente no pós-ditadura. Amotinaram-se também contra a violência doméstica, tema em maior evidência no início da década de 80 e que culminou na criação de DPDMs (Delegacia Policial de Defesa da Mulher) em vários estados. Também se articularam pela redemocratização: “Integradas com os movimentos democráticos, as feministas brasileiras engrossaram fileiras nos movimentos pela anistia, por liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana.” (TELES, 2010, p. 14)

Dessa forma, obtiveram avanços com, por exemplo, o atendimento da Saúde Integral da Mulher com a formulação do SUS e a Lei Maria da Penha. Tratando sobre o primeiro, “não fossem os movimentos sanitaristas e os movimentos feministas que precederam à Constituinte e que continuaram atuantes acompanhando sua implementação, não teríamos a formulação do Sistema Único de Saúde tal como hoje se apresenta em seu formato universal” (MACHADO, 2011, p. 79). Já o segundo é resultado de um projeto de lei que esteve em andamento por iniciativa política do movimento feminista, tornando-se a Lei n. 11.340 em agosto de 2006, a qual caracterizava um enorme progresso quanto ao combate à violência doméstica contras as mulheres.

Portando, as igualdades visadas internacionalmente pelo movimento feminista também foram objeto de árduas revoltas no Brasil. Notam-se peculiaridades, como as já expostas, conectadas à característica universal apontada por Castells: “Essa não é nem será uma revolução de veludo. A paisagem humana de libertação feminina está coalhada de cadáveres de vidas partidas, como acontece em todas as verdadeiras revoluções.” (2010, p. 170-171). Por fim, nada mais coerente e visível que o empoderamento no decorrer de uma revolução que, no estudo em tela, é representado pela insurreição contra a dominação justificada pelo sexismo.

III. TECNOLOGIA INFORMACIONAL: CONEXÃO ATUANTE ATRAVÉS DO CIBERATIVISMO

Com os contínuos adventos tecnológicos, cada vez mais nota-se uma humanidade interconectada através de uma teia informacional, possibilitada pela rede de computadores, que integra culturas e ideologias com facilidade, uma ponte inovadora entre o mundo off-line e online. Como destaca Castells, “as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” (2007, p. 40).

Essa teia informacional apresenta-se diferenciada com a possibilidade da internet proporcionar uma livre discussão entre os internautas. As informações são veiculadas sem grandes custos, retirando dos grandes empresários o poder absoluto de controle informacional. Ela proporciona a qualquer pessoa produzir a informação, não sendo mais imposta a condição de consumidor apenas. Destarte, constroem-se verdadeiras “ágoras online” (LEMOS e LÉVY, 2010), em que o cidadão é impulsionado a dialogar sem fronteiras, entrar em contato com novas ideologias, adquirindo um maior conhecimento e, conseqüentemente, tornando-se mais crítico diante das questões sociais e políticas. Logo, assuntos são tensionados e utiliza-se, então, da democracia deliberativa propulsora do protagonismo na vida pública. Como defende Corval, relativo à democracia eletrônica, “Los debates en línea son el espacio de una democracia deliberativa: que sean institucionales o no, que den preferencia a la proximidad o a la diversidad de opiniones y opciones, son el sustrato potencial para el crecimiento de la participación.” (CORVAL, 2010, p. 13).

Essas ágoras online também servem a outro importante propósito democrático além da horizontalidade nos diálogos: desestruturar verdades deletérias propaladas pelas velhas mídias como axiomas. Tal distorção das informações e sua incompletude que são apresentadas como verdades pretendem, entre inúmeros outros objetivos da comunicação midiática, conter e/ou evitar justamente o exercício da cidadania plena: o intervencionismo na agenda pública. Nesse sentido, a importante colocação de Pereira:

Evidentemente, [as mídias ao] mostrar o cotidiano como algo incompleto [...] é uma estratégia de manutenção de um Estado que aceita a sociedade e rejeita o social. Negar o social em detrimento da sociedade é empobrecer o caráter epistemológico da vida cotidiana e as múltiplas possibilidades

de os atores sociais produzirem intervenções e mudanças inusitadas. (PEREIRA, 2008, p. 46)

A título de exemplo da parcialidade da mídia em prol de objetivos prejudiciais ao social, o bombardeamento de acusações intenso dos anos 80, nos Estados Unidos, por parte das velhas mídias contra o feminismo, conhecido como *backlash*. Foi um “refluxo antifeminista” ardiloso que “travestido de versão popular da Grande Mentira, enfeita-se pomposamente com um halo de verdade e proclama que as mesmas iniciativas que levaram a mulher a uma posição superior foram responsáveis pela sua ruína.” (FALUDI, 2001, p. 17), defendendo que as mulheres sentiam-se angustiadas e insatisfeitas por estarem diante da nova liberdade conquistada por meio da luta feminista. Meios de informação como *New York Times*, *Newsweek*, *National Review* e *Los Angeles Times* garantiam ser o feminismo o responsável por tal sofrimento das mulheres enquanto desconsideravam que elas estavam inconformadas não por estarem tornando-se mais livres, mas sim porque sua liberdade ainda não estava completa. “Em outros termos, o contra-ataque antifeminista não foi deflagrado pelo fato de as mulheres terem conseguido uma igualdade plena, mas pela mera possibilidade de elas conseguirem atingi-la.” (FALUDI, 2001, p. 19).

Como ressaltado por Lola Aronovich, blogueira de “Escreva Lola Escreva”, “a relação da mídia com qualquer grupo historicamente discriminado é sempre difícil, e com a mulher não seria diferente [...]” (2011, p.125). Dessa forma, no Brasil, as velhas mídias insidiosamente proclamam e reforçam estereótipos nocivos às mulheres, bem como outros danosos para as demais parcelas dos cidadãos. Por isso, é imprescindível esse meio comunicacional alternativo que a tecnologia informacional proporciona, visto que a sociedade pode agora contra-argumentar e ter acesso a outros ângulos de determinado assunto, dando margem para que ocorra uma conscientização política.

Tal possibilidade é oportunizada pelo ciberespaço que, juntamente com o futuro da internet, “apontam para essa noção de diálogo: o caráter comunicativo, conversacional e não apenas informativos das novas mídias” (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 237). A internet permite o acesso e a produção do contra conteúdo por apresentar-se como uma plataforma interativa, “ambiente fértil que reforça, por meio do acesso e da autorreprodução e compartilhamento de informações, o debate, o desenvolvimento expressivo das múltiplas opiniões, a participação e a representação, não do tipo personalística ou profissional, mas enquanto autorrepresentação [...]” (TORRES, 2008, p. 245). Isso porque o poder distribuído em rede tem a

capacidade de rediscutir os fatos ditados por elas através de uma ordem espontânea. Dessa maneira, a democracia participativa evidencia-se nessa conexão cívica atuante, sendo possível a qualquer um adquirir e repassar conhecimento, configurando, assim, o ciberativismo. Nesse sentido, Ugarte (2008):

Poderíamos definir “ciberativismo” como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do ‘boca a boca’ multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. (p.77)

Portanto, o ciberativismo está presente quando são propagadas informações, por exemplo, em blogs ou redes sociais com o intuito de levar isso à discussão a ponto de formar uma consciência coletiva. Processo autônomo, sem líderes e nada dependente das mídias tradicionais. Exemplo disso são as mobilizações brasileiras em massa, no ano de 2013, reivindicando seus direitos nas ruas. Como observa Castells (2013), foram gritos de indignação e de esperança em rede justamente pela noção de que estão conectados:

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam –e estão – sempre conectados, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal [...]. (p. 179)

Na esperança que essa consciência seja a protagonista de mudanças sociológicas na conjuntura off-line, o ciberativismo propaga-se e seus efeitos atingem até mesmo a sociedade na sua estrutura patriarcal.

IV. ATIVISMOS FEMINISTAS NO FACEBOOK

Um dos principais elementos “a induzir o desafio ao patriarcalismo é a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos [...]” (CASTELLS, 2010, p. 172). Desse modo, o compartilhamento de experiências facilitadas por *fan pages* em redes sociais reforça a noção nas mulheres de que tais desigualdades podem ser politizadas com o intuito de desestruturar a hegemonia patriarcal.

Sites de redes sociais, como o Facebook, “são capazes de construir e facilitar a emergência de tipos de capital social que não são facilmente acessíveis aos atores sociais no espaço off-line.” (RECUERO, 2011, p.

107). Assim, ativistas feministas ampliam sua rede de amigos com facilidade e de maneira exponencial no Facebook, rearticulando laços e provocando novas conexões em uma proporção muito maior do que na esfera off-line. Esse processo influencia no status do indivíduo militante e em seu potencial argumentativo porque “pode, assim, torná-lo mais visível na rede social, pode tornar as informações mais acessíveis a esse ator.” (RECUERO, 2011, p. 107).

Essa visibilidade dos ideários feministas de uma militante tem o potencial de cativar muitos usuários da rede social que até então desconheciam as abordagens feministas ou haviam explorado apenas outros ângulos sobre a temática, além de arregimentar todos aqueles que consentem da mesma opinião, de modo que, “agindo assim, o feminismo constrói não uma, mas muitas identidades, e cada uma delas, em suas existências autônomas, apodera-se de micropoderes na teia universal tecida pelas experiências adquiridas no decorrer da vida” (CASTELLS, 2010. p. 238). Ademais, é necessário destacar o quanto a rede social Facebook em si apresenta-se visível para os brasileiros. A Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e realizada em outubro e novembro de 2013, aponta que, para o questionamento “Qual site, blog ou rede social o(a) sr(a). costuma acessar mais de segunda a sexta-feira?”, a opção pelo Facebook demonstra-se majoritária, com 63,6% dos entrevistados que usam internet (SECOM, 2014, p. 56). A pesquisa ainda assinala:

De imediato é possível destacar o peso que as redes sociais –em especial o Facebook – têm nos hábitos de uso da internet no Brasil: 68,5% das citações referentes ao período de 2^a a 6^a e 70,8% das citações referentes aos finais de semana apontam as redes sociais como os sites mais acessados pelos entrevistados [...]. Quando perguntados sobre os sites que mais utilizavam para se informar, os entrevistados novamente apontam as redes sociais, que neste caso têm 32,1% das citações. (SECOM, 2014, p. 47-48)

Portanto, o acesso ao Facebook mostra-se integrante das atividades diárias dos brasileiros que utilizam a internet, inclusive como meio informativo. Por conseguinte, ferramentas desse aparato digital serão exploradas também para levantar bandeiras, visto sua potencialidade de estender os diálogos e embates da esfera pública.

As principais ferramentas características da rede social em análise são as opções *like*, *share* e *comments* disponíveis aos usuários. Por meio delas, os integrantes manifestam seu apoio, refutam ou esclarecem determinadas

opiniões, além de poder compartilhar determinada informação veiculando-a para um número ainda maior de pessoas.

Um crucial caso para análise é a convocação para a primeira Marcha das Vadias no Brasil feita pela publicitária Madô Lopez através da rede social Facebook. A manifestação de rua aconteceu em São Paulo, em 2011, possuindo cerca de 300 manifestantes (REIS; ALVES; LOUREIRO, 2013, p.10). A origem dessa mobilização foi em Toronto, no Canadá, no ano de 2011, intitulada “Slut Walk”, estendendo-se por inúmeros países via redes e comunidades sociais na internet. “O evento original foi desencadeado pela declaração de um policial que apontou a roupa como justificativa para o estupro de uma estudante” (ALMEIDA, 2011, p. 5).

Logo após o protesto em São Paulo, a marcha já era prevista e organizada, pela mesma rede social, para acontecer em dezenas de municípios brasileiros. Essa rápida propagação de ativismo evidencia uma das benesses da internet, como também aponta Livia Ferreira, uma das integrantes e organizadoras da Marcha das Vadias em Belém: “mesmo quem não foi para a marcha, mesmo quem não era a favor, tinha algum conhecimento do porquê que aquilo estava acontecendo. [...] Sem as redes eu só poderia ter debatido sobre isso com quem estava fisicamente perto de mim.” (FERREIRA, 2011, p. 18).

Alastrou-se o movimento também para o interior do Brasil, como em Santa Maria, no Rio Grande do Sul (FACEBOOK, 2014-a). Neste município já houve duas edições da marcha e sua *fan page* conta atualmente com 1.962 *likes*. A primeira atuação política de rua ocorreu no dia 09 de junho de 2012, já sendo previsto na época que a luta continuaria: “O coletivo que organizou a manifestação deverá continuar com atividades, levando a discussão a comunidades da cidade. O objetivo é discutir questões ligadas à liberdade, ao feminismo, ao machismo, à estética, ao comportamento e à sexualidade” (MARCHA, 2012). Desse modo, após mais um ano de ativismo digital, ocorreu outra mobilização nas ruas no dia 20 de julho de 2013, também propalada via internet, possuindo um evento próprio no Facebook (FACEBOOK, 2013-a), o qual contava com 962 confirmados. Na passagem abaixo, jornal da região descreve gritos de ordem:

No trajeto que percorreu as principais ruas da cidade, gritos como “Tirem seus rosários de nossos ovários”, “Sou mulher negra, quero respeito, mulher não é só bunda e peitos” e “Eu não aturo o Estatuto do Nascituro” marcavam o passo e demarcavam as principais demandas das mulheres. (A MARCHA, 2013)

Tais palavras de ordem correspondem às ideologias já trabalhadas virtualmente na *fan page* da marcha (FACEBOOK, 2014-a). Isso evidencia a mobilização nas ruas como um resultado ao acúmulo de conhecimento adquirido virtualmente.

Outro ativismo importante para apreciação é o One Billion Rising (FACEBOOK, 2013-b), movimento que denuncia violências que cerca de um bilhão de mulheres sofrem. Sua *fan page* conta com 52.052 mil *likes* e, através da rede social, são convidadas um bilhão de pessoas, em escala mundial, para dançarem no dia 14 de fevereiro do ano de 2013, expressando a força coletiva contra a estatística de que uma em cada três mulheres será estuprada ou espancada, ou seja, cerca de um bilhão de violentadas. Notícia online destacou sua repercussão internacional:

A campanha One Billion Rising chamou a atenção em todo o mundo para os direitos femininos, com eventos envolvendo música e dança. Sua meta: fazer tremer a Terra no V-Day, o dia do combate à violência contra as mulheres. [...] Segundo os organizadores da campanha, milhares foram às ruas na República Democrática do Congo, e nas Filipinas dançou-se 24 horas sem parar. Na Índia, estudantes organizaram uma vigília à luz de velas. (FRACZEK, 2013)

Por fim, a análise da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), ativismo de grande porte iniciado há mais de uma década, no ano de 2000, no dia 08 de março. Delata a violência, a pobreza, entre tantos outros problemas sociais, e defende “a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente.” (MMM, 2014-a).

Sua articulação é notória, como bem aponta os números da primeira marcha, a qual “contou com a participação de mais de 5000 grupos de 159 países e territórios” (MMM, 2014-a). Para isso, usufruem dos meios digitais, possuindo 12. 717 *likes* sua *fan page* do Brasil (FACEBOOK, 2014-b) e em seu site oficial brasileiro destacam o porquê da sua presença nas redes sociais, além da rua:

Estamos na rede articulando o mesmo feminismo que marca presença nas ruas, entendendo que o virtual é mais uma expressão do real, e que as novas ferramentas da internet podem servir para potencializar ainda mais a nossa luta. Com cada vez mais mulheres da Marcha na internet, também temos mais acesso à expressões da ofensiva machista e conservadora que vivenciamos no Brasil e em outras partes do mundo, e temos

mais capacidade de responder rapidamente a isso, como fizemos com a propaganda da Prudence, por exemplo. (MMM, 2014-b).

Dessa maneira, tais posições influentes em rede apontam uma maior possibilidade do protagonismo das mulheres perante o sistema. Portanto, esse breve estudo indica uma percepção mais relevante das condições das mulheres por parte da sociedade através de ativismos online. Afinal, como defende a frase resumo da posição do empirista George Berkeley, “Ser é perceber ou ser percebido” (ATKINSON, 2011, p. 139-140).

CONCLUSÃO

A histórica batalha das mulheres, no Brasil e internacionalmente, transpassou diferentes épocas e, no estágio atual, conta com um armamento tecnológico-informacional para minar consciências opressoras incutindo nelas dúvidas sobre suas certezas patriarcais. Embora o movimento feminista usufrua de instrumentos próprios para propalar suas causas, redes sociais como o Facebook pulverizam suas pautas em escala planetária, como é notável nas três mobilizações examinadas. Isso indica, como já referido anteriormente, que os espaços online são mais uma extensão do real, a qual é capaz de amplificar os diálogos e encontros culturais da esfera pública.

A zero custo, através de ferramentas dessa rede social, como *like*, *share* e *comments*, o debate é ainda mais horizontal e construtivo para uma sensibilidade coletiva ante as denúncias feministas. Tal militância na ágora digital, que caracteriza o ciberativismo, provoca efeitos evidentes na esfera não virtual, como a inserção das pautas do grupo no contexto social em que sofre as violações em debate. Percebe-se essa repercussão social, por exemplo, através das notícias divulgadas pelos jornais regionais sobre a Marcha das Vadias.

Ademais, como relatado por uma das organizadoras da Marcha das Vadias em Belém, mesmo que não ocorra uma adesão de todos os cidadãos na causa, há, pelo menos, a potencialidade, por meio da internet, de estender o conhecimento do porquê que aquilo está ocorrendo. Portanto, outro notável aspecto a se considerar é a capacidade de o movimento conquistar assim mais simpatizantes além de arregimentar os interessados.

Dessa forma, percebe-se uma teia difundida de mentalidades tecida não apenas pelo conhecimento comum sobre determinado assunto, mas também pelo conteúdo exposto online. Tal contraditório vem proporcionando às mulheres uma reconstrução de sua identidade e, por conseguinte, um empoderamento maior.

Destarte, nota-se o poder distribuído das mulheres que, mesmo trabalhado de formas individuais, consegue abalar estruturas já consolidadas. Assim, é inequívoco que a internet proporciona, por meio de ciberativismos, o tratamento de questões sociais pelos próprios afetados e causadores, denotando uma ascensão do protagonismo social que transpõe a sociedade de uma democracia representativa para uma participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MARCHA das Vadias em Santa Maria, 2013. **O Viés**, Santa Maria, 24 jul. 2013. Disponível em: <http://www.revistaovies.com/reto/2013/07/a-marcha-das-vadias-em-santa-maria-201/> Acesso em: 24 set. 2013.

ALMEIDA, V. M. S. **A Marcha das Vadias e os efeitos da era digital na atuação política.** 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/331/321> . Acesso em: 24 set. 2013.

ARONOVICH, L. Mídia e mulher. In: SOUSA JUNIOR, J. G.; APOSTOLOVA, B. S.; FONSECA, L. G. D. (Orgs.) **O Direito Achado na Rua**, vol. 5. Introdução crítica aos direito das mulheres. Brasília: CEAD, FUB, 2011.

ATKINSON, S. (Ed.) **O livro da Filosofia.** São Paulo: Globo, 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – A era da informação: economia sociedade e Cultura;** V. 1. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013

CORVAL, X. Desafíos y logros de la democracia electrónica. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Democracia electrónica: ¿qué desafíos para América Latina?** Chile: Aún creemos en los sueños, 2010.

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasSM?fref=ts>. Acessado em: 18 mar. 2014-a.

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil>. Acessado em: 19 mar. 2014-b.

_____ Disponível em:
<https://www.facebook.com/events/1381881232031072/>. Acesso em:
24 set. 2013-a.

_____ Disponível em:
<https://www.facebook.com/OneBillionRising?fref=ts>. Acesso em: 17
nov. 2013-b.

FRACZEK, J. Iniciativa One Billion Rising combate a violência contra as mulheres. In: DEUTSCHE Welle. 15 fev. 2013. Disponível em:
<http://www.dw.de/iniciativa-one-billion-rising-combate-a-viol%C3%A0ncia-contra-as-mulheres/a-16602547> Acesso em: 19
mar. 2013.

FERREIRA, L. A Marcha das Vadias em São Paulo e Belém. Entrevista concedida a Vanessa Macedo da Silva Almeida. São Paulo, 13 de outubro de 2011. Disponível em:
<http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/331/321>
. Acesso em: 24 set. 2013.

FALUDI, S. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Tradução: Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

LEMONS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2010.

MACHADO, L. Z. Feminismo brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas. In: SOUSA

JUNIOR, J. G.; APOSTOLOVA, B. S.; FONSECA, L. G. D. (Orgs.) **O Direito Achado na**

Rua, vol. 5. Introdução crítica aos direito das mulheres. Brasília: CEAD, FUB, 2011.

MARCHA das Vadias ocupou o centro de Santa Maria neste sábado. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 03 jun. 2012. Disponível em:
<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/dsm/19,18,3778678,Marcha-das-Vadias-ocupou-o-centro-de-Santa-Maria-neste-sabado.html>
Acesso em: 24 set. 2013.

MMM. Disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/>. Acesso em: 19 mar. 2014-a.

MMM. Disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/na-rede/>. Acesso em: 19 mar. 2014-b.

- OLIVEIRA, R. N.; DUQUE, A. P.; WEYL, L. M.. Linguagem inclusiv@: o que é e para que serve?! In: SOUSA JUNIOR, J. G.; APOSTOLOVA, B. S.; FONSECA, L. G. D. (Orgs.) **O Direito Achado na Rua**, vol. 5. Introdução crítica aos direito das mulheres. Brasília: CEAD, FUB, 2011.
- PEREIRA, W. A mídia e a construção do cotidiano (uma epistemologia do social midiático). In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (Orgs.) **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- REIS, L. T.; ALVES, E. E. M. S.; LOUREIRO, C. Ativismo de sofá: o movimento feminista no Facebook. 2013. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0328-1.pdf>. Acesso em 15 nov. 2013.
- SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pesquisa brasileira de mídia 2014** : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: SECOM, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf> Acesso em: 18 mar. 2014.
- SWAIN, T. N. Pequena introdução aos feminismos. In: SOUSA JUNIOR, J. G.; APOSTOLOVA, B. S.; FONSECA, L. G. D. (Orgs.) **O Direito Achado na Rua**, vol. 5. Introdução crítica aos direito das mulheres. Brasília: CEAD, FUB, 2011.
- TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- TORRES, J. C. Cyborgcracia: entre a gestão digital dos territórios e as redes sociais digitais. In: DI FELICE, M. (Org.) **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Paulo: Difusão Editora, 2008.
- UGARTE, D. **O poder das redes**. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.